

**HABEAS CORPUS Nº 515.515 - SP (2019/0168401-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LUCIANO PEREIRA DE ANDRADE - SP241228  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GERSON PAES DE CAMARGO (PRESO)

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de GERSON PAES DE CAMARGO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Agravo em Execução n. 90000069-52.2019.8.26.0602.

Extrai-se dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu pedido de progressão de regime prisional pleiteado pelo ora paciente.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* originário, tendo o Tribunal de origem denegado a ordem, nos termos do acórdão que restou assim ementado, *in verbis*:

**AGRAVO EM EXECUÇÃO - PROGRESSÃO REGIME SEMIABERTO - SUBMISSÃO SENTENCIADO A AVALIAÇÃO CONJUNTA PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, EMITINDO PARECER PARCIALMENTE FAVORÁVEL À CONCESSÃO DA BENESSE PEDIDO INDEFERIDO PELO JUÍZO MONOCRÁTICO - AUSÊNCIA MÉRITO - REFORMA DECISÃO - INADMISSIBILIDADE.**

*Alegação de que a r. decisão monocrática que indeferiu pedido de progressão ao regime semiaberto deve ser reformada, vez que o sentenciado preencheu os requisitos legais para a concessão da benesse INADMISSIBILIDADE - O parecer psicológico apresenta opinião desfavorável à concessão da benesse pleiteada. Assim, o pedido foi indeferido pelo juízo monocrático, por ausência de requisito subjetivo, conquanto os elementos não recomendam a concessão do benefício pleiteado. Agravo improvido (fl. 93).*

No presente *mandamus*, alega que o paciente preenche todos os requisitos para obtenção do benefício da progressão de regime.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o deferimento ao paciente da progressão ao regime semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Suficientemente instruído o feito, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator